

A COLONIZAÇÃO DO SERTÃO DA PARAÍBA: AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO E CONTATOS INTERÉTNICOS (1650–1730)¹

Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes²

Dentre as diversas conceituações possíveis de espaço, aquela que o entende como produto das relações entre indivíduos, grupos ou culturas nos desperta especial interesse. Além disso, o espaço se produz no tempo estando assim, em contínua construção.

Baseado nessas premissas, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar a ocupação colonial do sertão da Paraíba tomando por base os agentes produtores deste espaço e os contatos interétnicos realizados entre índios e colonizadores, num período que compreende a segunda metade do século XVII e as três primeiras décadas do século XVIII. Dito com outras palavras, nosso principal problema foi avaliar a atuação social de colonizadores e índios na reorganização do espaço-sertão em meio a sua colonização.

O tema da colonização do sertão não é inédito entre os estudiosos da Paraíba, no entanto, a partir de abordagens diferentes, pretende-se discutir questões que foram tratadas marginalmente por alguns estudiosos do tema ou mesmo, não estiveram no centro de suas preocupações³. Trata-se assim, de redimensionar a formação social e territorial a partir da análise dos diferentes grupos sociais que participaram da colonização do sertão tendo como referência a importância dos índios não apenas como vítimas, como geralmente se fez nos estudos clássicos, mas sobretudo como sujeitos históricos que se posicionaram de diversas maneiras em relação a este processo.

Assim, procuramos demonstrar neste trabalho que a colonização do sertão da Paraíba e sua reorganização espacial não foi obra apenas dos diversos grupos sociais colonizadores, mas, sobretudo, contou com a participação ativa de vários grupos indígenas que igualmente protagonizaram a expansão territorial. Dito com outras palavras, propomos uma abordagem cujo enfoque centra-se nos diversos grupos sociais (colonizadores) e étnicos (indígenas) que participaram da colonização do sertão da Paraíba, enfatizando a grande dinâmica deste processo amparado na circulação e interação de pessoas e culturas.

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Análises e Reflexões sobre a América Portuguesa”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Historiador e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba.

³ Os principais trabalhos sobre o sertão colonial na historiografia paraibana foram produzidos por Celso Mariz (1910; 1994), Wilson Seixas (1961) e Horácio de Almeida (1978; 1980). Já na historiografia nacional merecem destaque os trabalhos de Antonil (1761; 1955) e Capistrano de Abreu (1982) e mais recentemente os trabalhos de Maria Idalina da Cruz Pires (1990), Ricardo Pinto de Medeiros (2000), Pedro Puntoni (2002) e Cristina Pompa (2003).

Num trabalho desta natureza, as relações interdisciplinares são não apenas importantes, mas sobretudo imprescindíveis para um maior enriquecimento dos temas tratados. Neste sentido, adiantamos a orientação interdisciplinar deste trabalho na medida em que procuramos realizar um diálogo entre a geografia, a história e a antropologia sendo esta última, uma área de conhecimento imprescindível para estudos que envolvem índios.

Uma das principais características da edificação do paradigma dominante desde a revolução científica do século XVII foi o que Boaventura de Sousa Santos (1995) chama de “redução da complexidade”, ou seja, a tendência à constante especialização:

Na ciência moderna o conhecimento avança pela especialização. O conhecimento é tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objecto sobre que incide. Nisso reside aliás, o que hoje se reconhece ser o dilema básico da ciência moderna: o seu rigor aumenta na proporção directa da arbitrariedade com que espartilha o real. (p.46)

A crise do paradigma dominante é decorrente, segundo Santos, de condições sociais e teóricas e quanto a estas últimas, ele alerta para o fato de que a verticalização do conhecimento permitiu paradoxalmente “ver a fragilidade dos pilares que se funda”. Criticando a posição da ciência moderna em relação a este aspecto afirma que:

Os males desta parcelização do conhecimento e do reducionismo, mas as medidas propostas para corrigir acabam em geral por os reproduzir sob outra forma. Criam-se novas disciplinas para resolver os problemas produzidos pelas antigas e por essa via reproduz-se o mesmo modelo de cieintificidade. (1995, p.47)

Ao longo do século XX, tanto as ciências naturais como as ciências sociais experimentaram, segundo Santos, “um movimento de vocação transdisciplinar” que suscitou profundas reflexões epistemológicas sobre esta nova realidade no conhecimento científico. Dessa forma, o conhecimento, nesses termos, não sofre uma divisão disciplinar, mas sim temática. Sob a inspiração da Geografia Humana de Vidal de La Blache e da escola geográfica francesa que ele inaugurou, a “Escola dos Annales”, com Lucien Febvre, March Bloch e Ferdinand Braudel, fomentou uma Geo-história na qual, segundo José Carlos Reis (2000)⁴:

O tempo dos homens encontrou o atrito do espaço, a resistência do meio geográfico, que os obrigará a se perceberem localizados, limitados, fixados, condicionados por circunstâncias objetivas, que não os impedem de buscar a realização de seus impulsos, oferece resistência suficiente para impedidos de decolar e os mantém firmes em um chão. (p.61)

Ainda segundo Reis, é com Braudel que a influência da geografia vidaliana atingiu seu apogeu através de sua obra clássica **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época**

⁴ A “escola dos Annales” como ficou conhecida uma das mais importantes escolas historiográficas do século XX nasceu na França, em 1929. Esta fomentou uma grande revolução no saber histórico principalmente no que se refere à noção de “tempo histórico” e questões teórico-metodológicas. Outra inovação dos Annales foi promover a aproximação da história com outras ciências sociais num movimento interdisciplinar que marcou profundamente os trabalhos inseridos nesta escola historiográfica. Para saber mais sobre os Annales, sugerimos a leitura de Peter Burke (1997) e José Carlos Reis (2000).

de Felipe II, de 1949. Citando Chaunu (1978), Reis afirma que: “Braudel abordou aqui um espaço e não um Estado, uma paisagem extensa, o diálogo do homem com a terra, com o clima, fora das fronteiras nacionais. O espaço não escapa a criação humana e é mesmo o seu solo. A ação humana se ordena no duplo campo do espaço e do tempo.”(2000, p.62).

Desde este momento, as relações entre a geografia e a história se intensificaram apesar dos ainda constantes debates sobre as “fronteiras” entre estas disciplinas. Nesta aproximação, ambas as áreas de conhecimento se enriquecem, pois se é verdade que a chamada história “positivista” ou metódica não tinha o espaço como um problema histórico, não é menos verdade que a geografia clássica, de modo geral, também não se preocupava com a dimensão temporal. Neste sentido, Milton Santos (1985) atesta a importância da dimensão histórica no âmbito da geografia quando afirma que “a noção de espaço é inseparável da idéia de sistema de tempo”, ou ainda que os elementos do espaço variam de acordo com o movimento da história.⁵ (p.22).

Para Milton Santos (1985), a essência do espaço é social. Apesar de entendê-lo como uma totalidade, o autor propõe, como recurso metodológico, a divisão deste para melhor analisá-lo. Assim, os “elementos do espaço” mudam seu papel no sistema espacial a cada momento histórico e neste sentido ele reforça a importância da dimensão temporal na análise do espaço⁶.

Segundo Paul Claval (2000), o encontro da geografia com a antropologia é algo relativamente recente na trajetória desta disciplina. Essa aproximação surgiu a partir da década de 1980 quando a chamada geografia cultural toma o homem como centro de suas análises, privilegiando temas como as representações e as identidades que figuram no espaço.

Dentre as diversas possibilidades de abordagens culturais da geografia, identificamos algumas de importância capital para o desenvolvimento deste trabalho. Neste quadro, surge a etnogeografia, conceito que emerge como “uma reflexão sobre a diversidade dos sistemas de representação e de técnicas pelas quais os homens agem sobre o mundo e modelam o espaço à sua imagem e em função de seus valores e aspirações” (CLAVAL, 1997, p.114). Resumindo, a etnogeografia é o estudo da etnicidade e de sua espacialidade.

Para Alecsandro J.P. Ratts (2003), a história do pensamento geográfico acerca das “raças” ou etnias é recheada de controvérsias e descompassos. Essa história tem sua origem no início do século XX quando “na geografia de leitura francesa, Vidal de La Blache (1954) Max Sorre (1961) e Pierre George (1986), por exemplo, evidenciaram em seus escritos e em

⁵ No entendimento de Milton Santos (1985), as relações interdisciplinares entre a geografia e a história podem se apresentar de duas formas. Primeiro, na chamada Geo-história em que o tempo supera as preocupações com o espaço. Depois na chamada Geografia Histórica, em que espaço suplanta a preocupação com o tempo. Como para Santos, a geografia é o estudo da sociedade pelo espaço, um trabalho geográfico que utiliza a história como parceira teórica se inscreve no âmbito da Geografia Histórica.

⁶ Estes elementos são os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e a infra-estrutura.

cartogramas as raças e etnias e sua distribuição no continente e no mundo.”(2003, p.35). No entanto, foi somente a partir da geografia cultural contemporânea que as abordagens sobre as relações entre a etnicidade e o espaço se reafirmam considerando esses temas como objetos principais da pesquisa.

Diante do exposto, nota-se que a etnogeografia é dirigida para os grupos étnicos e sua relação com o espaço em várias escalas de abrangência. Conforme muitos estudiosos afirmam, a diversidade étnica e cultural do Brasil é um dos elementos norteadores de sua formação e processo histórico. Sobre isso Ratts afirma que:

Nessa terra de índios, negros e brancos as relações sociais constituem relações interétnicas e se processam de maneira diferenciada e desigual. A cultura, que por vezes adjetivamos de popular também o é negra e indígena. O grupo étnico branco, quase nunca assim denominado, tem sua cultura referida através de regionalismos e nacionalismos. A espacialização desses segmentos é da mesma forma diversa e desigual. (2003, p.31).

Com a emergência dos movimentos negro e indígena na década de 1980 e a afirmação destes últimos, através da Constituição de 1988, como sujeitos políticos, os estudos sobre etnicidade indígena se tornaram muito comuns fora do campo antropológico. Esta crescente visibilidade da história dos conflitos e problemas étnicos em relação aos índios soma-se a preocupações com a formação histórica e cultural do Brasil já que dificilmente se terá uma idéia clara sobre a história do Brasil sem avaliar a importância de índios e negros neste contexto. Por fim, é necessário que se diga que no âmbito da geografia os estudos sobre as relações entre a etnicidade e o espaço estão apenas engatinhando, existindo atualmente ainda raros estudos sobre contatos interétnicos com enfoque em suas relações espaciais⁷.

Do ponto de vista teórico, devemos dizer que a tese de Sérgio Buarque de Holanda, em relação ao sertão e sua conquista colonial, foi uma das que melhor amparou este trabalho. Neste sentido, Robert Wegner (2000) mostra como a “tese de fronteira”, criada pelo historiador estadunidense Frederick Jackson Turner, no final do século XIX, influenciou decisivamente os estudos de Sérgio Buarque a respeito da conquista do sertão da América portuguesa.

Para Turner, enquanto a idéia de fronteira na Europa, por exemplo, tinha uma conotação política, ou seja, era o limite territorial entre Estados Nacionais, no contexto dos Estados Unidos do século XIX, a fronteira representava, por outro lado, o ponto de encontro entre a civilização e o primitivo. Ainda segundo o autor, o núcleo da tese de Turner acerca da idéia de fronteira residia na “adaptação do europeu ao nativo” (2000, p.94), ou seja:

⁷ A geografia cultural no Brasil atualmente se manifesta principalmente em três vieses: as relações entre espaço e religião, cultura popular e espaço e simbolismo. Quanto à etnogeografia, destaca-se a produção de Ratts (2003). A quase inexistente produção geográfica da etnicidade no Brasil pode ser explicada pela pouca repercussão dos estudos de Carl Sauer e da “Escola de Berkeley”. Pelo contrário, a geografia brasileira a partir da década de 1970 se ramificou basicamente nas vertentes de tradição francesa, teórico-quantitativa e crítica.

A partir da adaptação a padrões primitivos, o pioneiro desenvolve novas técnicas de trabalho, valores e padrões de sociabilidade, inclusive recuperando sua bagagem cultural – num primeiro momento abandonada – formando uma nação compósita e tornando-se tipicamente americano. Em outras palavras, na fronteira o pioneiro volta a estágios primitivos e, num processo contínuo, torna a evoluir rumo à civilização, apontando para uma nova nação. (p.99).

Cabe destacar que a perspectiva evolucionista presente na citação era algo próprio da época em que Turner formulou suas teorias, tão bem sintetizadas nesta passagem por Wegner. No entanto, importa perceber que o tema da adaptação do colonizador à realidade nativa (ecológica e social) do Brasil figurou com destaque nos estudos de Sérgio Buarque servindo de instrumento metodológico para trabalhos futuros sobre contatos entre culturas no Brasil colonial⁸.

No estudo citado, como dissemos, Wegner procura demonstrar a influência do pensamento de Turner sobre boa parte da obra de Sérgio Buarque. Assim, os contatos de Sérgio Buarque com a historiografia estadunidense fez com que este minimizasse, em seus trabalhos, a influência ibérica na conquista do sertão ao passo que procurou demonstrar por outro lado, que houve um processo de “americanização” por parte dos colonizadores, fruto dos contatos destes com os nativos e sua realidade ecológica. Neste sentido, “ao se referir a Turner, Sérgio Buarque aponta para a possibilidade de se aplicar uma explicação situacional na interpretação da história brasileira, uma chave que ressalta a americanização no sentido continental.”(2000, p.90). Por fim, destacando a influência indígena sobre a colonização do sertão, Sérgio Buarque deu um importante passo no sentido de resgatar a importância dos índios neste processo.

Os índios no Brasil foram estudados ao longo do século XX principalmente como mão-de-obra, objetos de catequese e obstáculos à conquista colonial, porém quase nunca foram vistos como protagonistas dos processos históricos dos quais participaram. Assim sendo, pesou sobre eles, quase sempre, um olhar passivo que os condenava a transitar na história como aqueles que sempre refletiam as ações desencadeadas pelos colonizadores. Somente a partir das duas últimas décadas do século XX, em decorrência principalmente do diálogo da história com a antropologia, estes passaram a ser vistos como sujeitos ativos, capazes de agir em função de seus interesses e de acordo com suas estratégias diante dos contatos com os colonizadores.

A colonização da América não pode ser enxergada apenas como fruto de uma imposição ocidental pela força. Segundo John Manuel Monteiro (1999), reduzir os índios à condição de vítimas da “experiência do encontro” faz submergir diversos problemas: a ocultação da complexidade dos processos sociais, a negação da reelaboração de identidades indígenas

⁸ Wegner destaca ainda, em relação à “tese de fronteira” de Turner, as idéias deste autor a respeito da fronteira como “válvula de segurança” das áreas mais densamente povoadas. Esta especificidade da “tese” de Turner, junto com as idéias acerca do controle do Estado sobre as fronteiras, destacaremos no terceiro capítulo cujos temas têm maior sintonia com essas idéias.

em decorrência dos contatos e a desqualificação dos índios enquanto atores históricos e sociais. (p. 238)

Por fim, ainda em relação a questões de ordem teórica, devemos dizer que este trabalho insere-se na “órbita” dos estudos sobre formação social e territorial, pois todo processo de colonização tem em sua lógica a expansão territorial de um determinado grupo humano. Assim sendo, a colonização pressupõe domínio territorial sendo suas razões fruto de interesses materiais e simbólicos. Para que a colonização ocorresse, foi necessário uma intervenção humana além, de uma nova ordenação do espaço conquistado, relações portanto, íntimas entre sociedade e espaço. Daí a necessidade a qual nos reportamos acima de articular geografia e história para enriquecer a compreensão da colonização do sertão da Paraíba nos seus primeiros tempos.

Neste sentido, objetivamos, neste trabalho, destacar a importância e a influência dos índios na colonização do sertão da Paraíba enfatizando suas estratégias de resistência e inserção ao mundo colonial, procurando resgatar desta forma seu papel ativo em meio a este processo. Assim, procuramos destacar as diversas estratégias de resistência indígena em meio à colonização do sertão demonstrando a importância destes como agentes produtores do espaço. Trata-se desta maneira, de relativizar a dicotomia colonizador *versus* colonizado (os primeiros impondo e os outros resistindo à invasão), já que esta não pode ser vista como um dado, mas muito mais como uma construção política. Ver-se-á neste trabalho que o papel dos índios na conquista do sertão e os contatos interculturais destes com os colonizadores constituíram uma realidade fluida, diversificada e pulsante de assimilação, rejeição e transformações constantes ante a ordem colonial.

A dissertação de mestrado que deu origem a este trabalho foi composta de quatro capítulos que podem assim serem resumidos. No primeiro capítulo, analisamos as várias dimensões do sertão no período colonial. Primeiro a dimensão simbólica, ou seja, a forma como o sertão colonial era visto pelos homens da época, partindo do pressuposto de que as imagens criadas sobre este espaço variaram no tempo e de acordo com as mudanças conjunturais. Além disso, procuramos demonstrar como o sertão foi qualificado de acordo com determinados grupos étnicos e sociais, notadamente os índios “Tapuia”⁹. Num segundo momento, discutimos as mudanças ecológicas fruto da transmigração de plantas e animais exógenos em meio à colonização do sertão. Por fim, avaliamos os fluidos limites territoriais do sertão da Paraíba e seus problemas durante o período colonial.

No segundo capítulo, destacamos o modo de vida dos índios “Tapuia”, os quais consideramos, não apenas vítimas, mas sobretudo protagonistas da conquista do sertão e importantes agentes produtores do espaço. Procuramos aqui, a partir principalmente dos

⁹ É importante que se diga que o termo “Tapuia” não pode ser entendido como um etnônimo, mas como algo historicamente construído, daí a razão do mesmo encontrar-se neste trabalho entre aspas. De fato, como veremos adiante, havia uma grande diversidade étnica entre os índios genericamente chamados “Tapuia”.

cronistas da época e de uma bibliografia especializada, apresentar aspectos da vida material, simbólica e da organização social destes povos.

No terceiro capítulo, nos detivemos na análise da interiorização da conquista da Paraíba, partindo do sistema sesmarial que propiciou a obtenção de terra na região. Procura-se, neste momento, apresentar principalmente toda a heterogeneidade social daqueles que foram, junto com os índios, agentes produtores do espaço-sertão na capitania da Paraíba.

No capítulo final, destacamos os contatos interétnicos entre índios e colonizadores na conquista do sertão da Paraíba, notadamente, as ações bélicas que envolveram os índios, a participação destes como guias nas penetrações e como sesmeiros. Enfocamos também os aldeamentos indígenas no sertão, considerando-os como *locus* de resistência e inserção dos índios em meio à sociedade colonial que se formava no sertão.

A pesquisa se desenvolveu fundamentada em fontes primárias e bibliográficas, notadamente, neste segundo caso, em obras que abordam a colonização do sertão e temas afins. Quanto às fontes primárias, merecem destaque os relatos dos cronistas do período colonial, bem como os documentos de diversos tipos do período abordado, principalmente os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e os Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Ainda no que se refere às fontes primárias, deve-se destacar o estudo da documentação de base cartográfica, evidenciando os mapas que foram produzidos no período colonial ou recentemente e que têm relação com o espaço abordado no trabalho.

Vale destacar por fim que, em alguns capítulos, principalmente no primeiro e terceiro, recorreremos sobretudo aos resumos das concessões de sesmarias no sertão, entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, contidas na obra **Apontamentos para a história territorial da Paraíba**, de João de Lyra Tavares (1982) e nas **Synopsis das Sesmarias**, de Irenêo Joffily (1892).

Para finalizar, cabe uma explicação acerca da escolha, de nossa parte, do recorte cronológico aqui adotado. Este recorte inicia-se na segunda metade do século XVII porque no sertão da Paraíba a colonização começa a se estruturar, conforme atestam as datas de concessões de sesmarias e demais fontes, neste momento. O recorte encerra-se na terceira década do século XVIII porque a partir deste momento a guerra pela conquista do sertão perde força e começam a surgir os primeiros aglomerados urbanos no sertão, o que mostra que a conquista colonial do sertão a partir deste momento já havia se efetivado visto que os índios do sertão deixam de ser uma ameaça a este movimento de expansão territorial. Surgem assim, no sertão da Paraíba arraiais e aglomerados urbanos, a exemplo da povoação do Bom Sucesso, localizada às margens do rio Piancó, que denotam que a colonização deste espaço havia se consolidado.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.
- _____. **Brejo de Areia**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.
- _____. O Elemento Humano – Indígenas Paraibanos: Potiguaras, Tabajaras e Cariris. In: MELO, José Octávio de Arruda (org.). **Capítulos de história da Paraíba**. Campina Grande: GRAFSET, 1987.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. e RATTTS, Alecsandro J.P. (org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.
- _____. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica do período colonial**. São Paulo: Editora HUCITEC – Fapesp, 1996, p.p. 99-109.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru, S.P.: Edusc, 2000.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.
- CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de., GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.p. 89 – 118.
- _____. “A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia”. In: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salete (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba (PR): Univ. Federal do Paraná, 2002, p.p. 11 – 37.
- _____. **A geografia cultural**. Florianópolis: editora da UFSC, 2001.
- JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília-DF: Thesaurus Editora, 1892.
- MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. João Pessoa-PB: A União Editora, 1994.
- _____. **Através do sertão**. Imprensa Oficial Paraíba do Norte. Edição Fac-similar, 1910.
- _____. **Evolução econômica da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: A União, 1978.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **A redescoberta dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial**. Recife: Tese de Doutorado-Programa de Pós Graduação em História da UFPE, 2000.
- MELLO E SOUZA, Laura de (org.). Formas privadas de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: _____ (org.). **Historia da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1977, p.p. 42-81.
- MONTEIRO, John Manoel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência. Campinas: Agosto, 2001.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**. Recife: FUNDARPE, 1990.
- POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru, S.P.: EDUSC, 2003.
- PUNTONI, Pedro. Tupi ou não Tupi? uma contribuição ao estudo da etnohistória dos povos indígenas no Brasil colonial. In: RISÉRIO, Antonio. **Invenção do Brasil**. Salvador: Made, 1997, p.p.49-55.
- _____. **A Guerra dos Bárbaros. povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil. 1650/1720**. São Paulo: Hucitec:editora da universidade de São Paulo:Fapesp, 2002.
- RATTTS, Alecsandro J.P. A geografia entre aldeias e quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. & RATTTS, Alecsandro J.P.(org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, p.p. 07-40.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: A inovação em história**. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

SEIXAS, Wilson. A Casa da Torre e bandeirantismo na conquista do sertão. In: MELO, José Octavio de Arruda & RODRIGUEZ, Gonzaga. (org.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições GRAFSET, 1993, p.p. 58-67.

_____. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. João Pessoa: A Imprensa, 1961.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **'Nas solidões vastas e assustadoras'- os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. Tese de Doutorado em História – CFCH/UFPE, Recife: 2003.

TAVARES, João de Lyra Tavares. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Edição Fac-similar. Coleção Mossoroense, 1982.

VARNHAGEN, Francisco Adoufo de. **História geral do Brasil**. Tomo III. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.

VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. (org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.